

**COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A INVESTIGAR A ATUAÇÃO DA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO (FUNAI) E DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA) NA DEMARCAÇÃO DE TERRAS INDÍGENAS E DE REMANESCENTES DE QUILOMBOS – CPI FUNAI e INCRA 2**

**REQUERIMENTO Nº DE 2016**

(Do Sr. Patrus Ananias e outros)

Requer seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito o pedido ora formulado de CONVOCAÇÃO do Sr. Francisco Maia, Presidente da Associação dos Criadores de Mato Grosso do Sul (Acrissul), para participar de audiência pública a fim de esclarecer os objetivos do Leilão da Resistência, realizado em Campo Grande - MS, em dezembro de 2013.

Senhor Presidente,

Requeremos a Vossa Excelência, nos termos do art. 58, § 3º da Constituição Federal, e na forma prevista pelo art. 36, inciso II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados e que ouvido o plenário desta Comissão seja convocado o Sr. Francisco Maia, presidente da Acrissul, quando da realização da realização do Leilão da Resistencia, em Campo Grande – MS, para dar esclarecimentos sobre este leilão nesta Comissão.

**JUSTIFICAÇÃO**

Realizado em 7 de dezembro de 2013, em meio a protestos e liminares judiciais, o Leilão da Resistência, ação organizada por produtores rurais do Estado do Mato Grosso do Sul, teve por objetivo de arrecadar recursos para a contratação de segurança armada para defender as propriedades rurais.

Na época, a Justiça só autorizou a realização do certame depois que a Acrissul (Associação dos Criadores de Mato Grosso do Sul) se comprometeu a depositar o valor em juízo e que se compromettesse a utilizar os recursos para fins lícitos, e não para a formação de milícias armadas.

Apoiaram a realização do leilão inúmeros representantes da classe política do Estado, como a Deputada Federal Tereza Cristina, os Deputados Federais Fábio Trad, Reinaldo Azambuja, Luiz Mandetta e o senador Waldemir Moka, entre outros.

A juíza da 2ª Vara Federal, Janete Lima Miguel, concedeu liminar suspendendo o evento, com a alegação que o leilão iria acirrar os conflitos no campo. Os produtores recorreram da decisão e realizaram o evento, com autorização legal, porém com condicionantes.

Esta iniciativa foi amplamente denunciada pelos povos indígenas e se configura como uma afronta ao Estado de Direito.

A participação do Presidente da Acrissul será de extrema importância para esclarecer os objetivos do leilão e o que foi realizado com os recursos arrecadados. Para tanto solicitamos o apoio aos nobres para a aprovação deste requerimento.

Sala das Comissões, em                      outubro de 2016.

**PATRUS ANANIAS**

Deputado Federal – PT/MG

**NILTON TATTO**

Deputado Federal – PT/SP

**PAULÃO**

Deputado federal – PT/AL

**ÉRIKA KOKAY**

Deputado Federal – PT/DF

**MARCON**

Deputado Federal – PT/RS

**VALMIR ASSUNÇÃO**

Deputado Federal – PT/BA